

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As políticas públicas para a Educação Profissional e suas consequências na vida escolar dos estudantes: a evolução da evasão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS desde 1980.

Manoel José Porto Júnior¹

Resumo: A motivação para a realização da pesquisa da qual faz parte este trabalho é a discussão que ocorre, atualmente, a respeito da estrutura dos cursos técnicos de nível médio. Durante o período estudado, ocorreram profundas modificações nos modelos de produção adotados por grande parte das indústrias. Submetidas à lógica de acumulação do capital, as novas tecnologias permitem a ampliação das formas de exploração do trabalho. Nesse contexto de transformações, foram implementadas sucessivas políticas públicas para a Educação Profissional, com consequências importantes para os estudantes da Rede Federal. Analisar a evolução da evasão escolar durante o período, relacionando-a com as diferentes estruturas de cursos técnicos implantadas, é um aspecto importante para auxiliar na construção de uma educação tecnológica transformadora das relações sociais.

Palavras-chave: Educação Profissional – Educação e Trabalho – História da Educação Profissional

Abstract: The motivation for the realization of this research in which this work makes part, is the discussion concerning the structure of the technical courses at the high school. During the studied period, deep modifications occurred in the production models adopted by the majority of the industries. Submitted to the logic of capital accumulation, the new technologies permit the enlargement on the forms of working exploitation. In this context of transformations, it was implemented successive public politics for the professional education, with important consequences to the students from the federal network. To analyze the evolution of the school evasion during the period, relating this to the different structures of technical courses which were implemented, is an important aspect to help in the construction of a technological education which can transform the social relations.

Keywords: Professional Education – Education and Work – History of Professional Education

Um olhar sobre o tema

A educação brasileira sempre reproduziu, em sua estruturação, a dualidade presente nas relações de produção, baseadas na divisão social do trabalho, própria da sociedade de classes.

¹ Manoel José Porto Júnior é mestrando em Educação no PPGE-UFPEL, na linha de História da Educação. Possui Licenciatura Plena em História (UFPEL) e é especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-RS).

Dessa forma, são construídos caminhos/trajetórias escolares diferenciados para funções diferenciadas no processo produtivo: uma educação para aqueles que se ocuparão do gerenciamento, outra educação para aqueles que se ocuparão da execução das tarefas.

É na denominada Educação Profissional que a dualidade estrutural do sistema educacional encontra seu principal campo. Sobretudo quando se trata de sua articulação com o ensino regular de nível médio, dado o caráter deste último. A dupla função do ensino médio – preparar para a seqüência de estudos e cidadania e preparar para funções produtivas – acarreta constantes mudanças de legislação e variantes de currículos de cursos em função de objetivos diferenciados, ligados às perspectivas de futuro dos educandos a partir da divisão social do trabalho.

A história do ensino médio no Brasil é a história do enfrentamento desta tensão, que tem levado, não à síntese, mas à polarização, fazendo da dualidade estrutural a categoria de análise por excelência, para a compreensão das propostas que vêm se desenvolvendo a partir dos anos 40. (KUENZER, 1997, p. 10).

As disputas que ocorrem no sistema educacional, sobretudo na modalidade da educação profissional, adquirem novas nuances a medida que ocorrem profundas transformações nos modelos de gestão da produção, dos recursos humanos e da tecnologia.

Submetidas à lógica de acumulação do capital, as novas tecnologias e os novos modelos de gestão flexível procuram ampliar as formas de exploração do trabalho, avançando sobre capacidades intelectuais e criatividade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, onde são empregadas tais transformações, o trabalho sofre enorme exclusão. Enquanto o fordismo, sob o Estado Keynesiano², prometia os postos de trabalho, a partir da lógica operário-consumidor³; as transformações que vêm ocorrendo procuram substituir a produção em larga escala de produtos “standardizados”, pela produção flexível, que atende às exigências específicas de grupos seletos de consumidores que possuem condições de pagar preços mais elevados pelos produtos.

Os países ditos “em desenvolvimento” – inclua-se o Brasil – possuem demanda por produtos fabricados em massa, visto que grande parte de suas populações não adquiriram bens duráveis básicos, como eletrodomésticos. Sendo assim, convivem modelos de gestão da

² O Estado Keynesiano ou Estado de Bem-Estar Social foi um modelo econômico-político-social que buscava a superação da crise do pós-guerra, no mundo capitalista, através de um Estado forte na área social, além de um modelo de gestão da produção que estimulasse o desenvolvimento econômico com abertura de postos de trabalho. Foi implementado, sobretudo, na Europa Ocidental, preocupada com o avanço dos ideais comunistas em tempos de Guerra-Fria, tendo reflexos em vários outros países em desenvolvimento que, porém, nunca chegaram a implementar de fato tal modelo devido seu papel marginal na economia mundial.

³ Henry Ford pretendia que seus operários fossem consumidores dos produtos que produzia. Dessa forma, produzia produtos em larga escala a preços baixos, utilizando grande quantidade de mão-de-obra em atividades com alto grau de especialização e parcialidade no processo produtivo baseado na temporização da linha de produção.

produção diferenciados para atender demandas de grupos consumidores também diferenciados. Contudo, a produção em massa para o consumo das populações mais pobres acaba concentrando-se em locais onde a mão-de-obra, com baixa formação, é explorada ao extremo. É dessa forma que a globalização econômica contribui para uma nova divisão social do trabalho que fragmenta e fragiliza ainda mais a classe trabalhadora.

Nos ramos de produção tecnologicamente mais desenvolvidos, o capital passou a exigir uma formação mais abrangente para os trabalhadores. O novo trabalhador deve possuir uma visão mais sistêmica dos processos produtivos. Além disso, para poderem se adequar às novas exigências da produção, precisam desenvolver a capacidade de comunicação, a criatividade e a responsabilidade.

Para garantir a reprodução social, os novos modelos de gestão aprimoraram o controle dos processos produtivos, mantendo sob o domínio dos detentores do capital, os processos e inovações desenvolvidas pelos trabalhadores. Como instrumento ideológico de garantia deste controle, busca na cooptação uma arma, potencializada pela constante ameaça de desemprego resultante da enorme reserva de mão-de-obra.

No campo educacional, o discurso da empregabilidade e a promessa da equidade fazem parte do aparato ideológico da reprodução social. Sobre o discurso da empregabilidade e suas implicações na educação, discorre Barbosa:

Trata-se da diferenciação entre a concepção da educação direcionada para o emprego, ou seja, do processo educacional que tem como objetivo inserir os indivíduos em espaços existentes nas esferas da produção, e a concepção da educação voltada para o desemprego (ou para a empregabilidade, como eufemisticamente preferem alguns). Esta, se desenvolve na perspectiva de que não há mais empregos para todos e que, portanto, é preciso que o indivíduo se esmere para ser o melhor, o mais competente, o mais flexível, pois só assim conseguirá seu “lugar ao sol”. E, se nesta guerra de todos contra todos, o indivíduo for considerado um “perdedor”, então, a responsabilidade será apenas dele. (BARBOSA, 2001, p. 36).

As políticas públicas para a Educação Profissional e seu reflexo na estrutura dos cursos técnicos de nível médio do CEFET/RS.

A análise realizada neste trabalho começa no ano de 1980, estendendo-se até 2005. Neste período ocorreram mudanças na estrutura dos cursos técnicos. Estudaremos a evasão escolar nos cursos semestral integrado (1980 – 1988), anual integrado (1989 – 1998) e semestral modular separado do ensino médio (2001 – 2005).

No período de transição, durante a implementação da Reforma da Educação Profissional, ocorreram dois modelos de cursos técnicos: o anual pós-médio e o semestral desvinculado do ensino médio. Por terem sido oferecidos por um período breve e realizados

em um período conturbado de indefinição de políticas para a Educação Profissional, optamos por descartar sua análise.

No primeiro caso, no curso semestral integrado, vivia-se sob o marco legal da Lei 5.692/71 e o modelo de produção adotado garantia os postos de trabalho na área técnica a partir da lógica da gestão taylorista-fordista. A informatização ainda era incipiente e a reserva de mercado imposta pelos governantes brasileiros impedia uma transformação rápida dos processos produtivos em função de novas tecnologias. Além disso, existia forte presença do Estado na economia, através de sólidas empresas estatais nas áreas de telefonia, energia, mineração, petrolíferas, etc.. No CEFET-RS, chamado à época Escola Técnica Federal de Pelotas – a transformação em CEFET só ocorreu em janeiro de 1999 – os cursos técnicos eram oferecidos de forma integrada ao ensino médio. No diurno, os estudantes estudavam em dois turnos, com algumas folgas distribuídas nos horários, tendo uma duração de 6 semestres. No noturno, os cursos possuíam 8 semestres. Os alunos ingressavam após prestar concorrido exame. A opção pela habilitação técnica se dava ao final do primeiro semestre do curso, seguindo o critério de melhores notas para ingresso nos cursos mais disputados. O aluno fazia a opção por três cursos, definindo uma ordem de prioridade. Caso não obtivesse vaga na primeira opção, verificava-se se suas notas permitiam ingresso na segunda opção. Caso contrário, restava a terceira opção. Os concluintes dos cursos técnicos deviam prestar um estágio obrigatório, para, só assim, receberem a certificação técnica equivalente ao nível médio da educação regular.

A segunda estrutura de cursos estudada, o curso técnico anual integrado, foi implementada em 1989. Foi resultado de uma discussão na comunidade e garantiu uma estrutura única de curso, ofertada para os alunos nos três turnos, evitando os transtornos decorrentes de transferências. A duração passou a ser de 4 anos. A opção pela habilitação técnica se dava ao final do primeiro ano, de forma semelhante àquela do semestral integrado. Durante o período em que foi oferecido, o processo de privatizações se desenvolvia, a partir da lógica de diminuição do papel do Estado na economia, baseado nas resoluções do Consenso de Washington. As transformações tecnológicas aceleravam-se a partir da abertura indiscriminada das importações, causando crise no parque industrial nacional, com o fechamento de várias empresas. Desenvolvia-se, à luz do pensamento neoliberal, uma releitura da Teoria do Capital Humano que se configurou no discurso da empregabilidade.

Resultado desse processo, seguindo determinações das Agências Multilaterais que sustentam o capitalismo em nível internacional – CEPAL, Banco Mundial, entre outros⁴ - o governo Fernando Henrique decretou, em 1997, a Reforma da Educação Profissional. Tal implementação se deu através do Decreto 2.208/97, após o governo sofrer várias críticas ao encaminhar um Projeto de Lei – PL 1.603/96 – para o Congresso Nacional, com o mesmo teor. Ao analisar o texto da nova LDB, Lei 9.394/96, referindo-se ao PL 1.603/96, cuja essência do conteúdo foi copiada para o Decreto 2.208/97, Saviani afirmava:

esse projeto traz como consequência o descomprometimento do MEC em relação às escolas técnicas federais, provavelmente a experiência mais bem-sucedida de organização do nível médio a qual contém os germens de uma concepção que articula formação geral de base científica com o trabalho produtivo, de onde poderia se originar um novo modelo de ensino médio unificado e suscetível de ser generalizado para todo o país. (SAVIANI, 1999, p. 216).

Após um período de transição que demonstrou o imprevisto com que se realizava a Reforma, foi criada a terceira estrutura de cursos a ser estudada nesse trabalho, o curso semestral modular desvinculado do ensino médio. Tais cursos permitiam saídas intermediárias, com habilitação definida por módulo. A intenção do governo era flexibilizar a estrutura dos cursos, procurando adequá-los às necessidades do mercado de trabalho. Ao fazê-lo, desconsiderava as reais necessidades de formação do trabalhador, mesmo no que se refere às demandas do empresariado. Cabe salientar que não houve procura por certificações intermediárias oferecidas pela instituição.

Ao final de quatro módulos e, cumprido o estágio obrigatório, bem como o ensino médio, o aluno recebe a certificação de técnico de nível médio. Os cursos modulares são oferecidos de forma concomitante ou pós-médio. Na forma concomitante, o aluno que já concluiu o primeiro ano do ensino médio, pode ingressar no curso técnico, realizado em outro turno. Nos cursos modulares foi imposta a avaliação por competências.

Sobre tal tema, Ramos afirma:

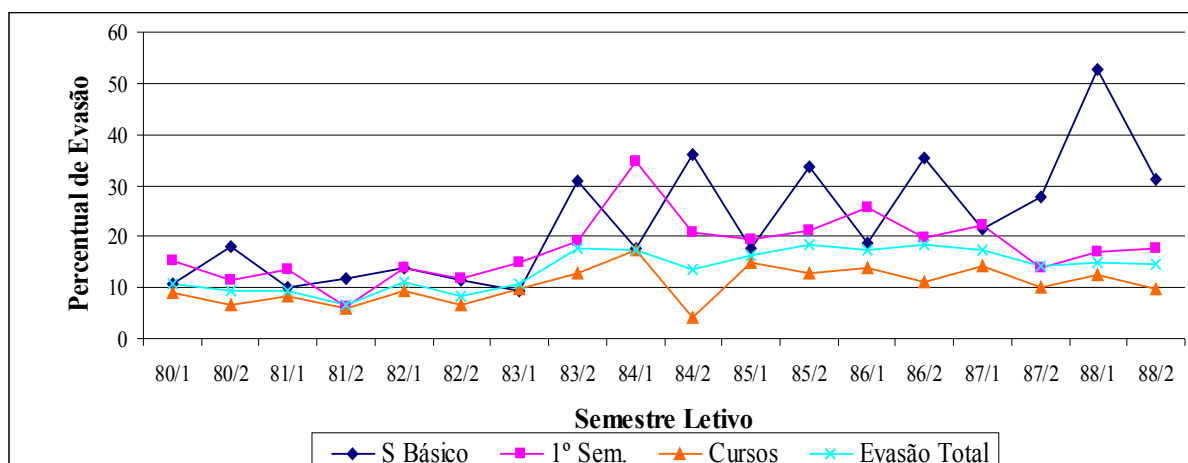
As escolas foram induzidas a implementar o ensino modular, baseado em competências definidas pela Resolução n. 04/99 na forma de atividades e tarefas de trabalho. Ainda que os Referenciais Curriculares Nacionais posteriormente exarados pelo Ministério da Educação como orientação às escolas tenham destacado as bases científicas, tecnológicas e instrumentais necessárias ao desenvolvimento das competências profissionais, a desvinculação do ensino médio não deixou outra opção às escolas senão conferir aos cursos técnicos a finalidade de preparar para o trabalho de forma restrita, diminuindo-se a exigência de conhecimentos científico-tecnológicos que estruturam os processos produtivos e as atividades profissionais. (RAMOS, 2006, p. 301-302).

⁴ Sobre a influência das Agências multilaterais nas políticas públicas para a Educação Profissional, ler OLIVEIRA, Ramon de. **Agências multilaterais e a educação profissional brasileira**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

Dados sobre evasão nos cursos técnicos do CEFET/RS

A seguir serão apresentados os dados sobre a evolução da evasão nas três estruturas de cursos técnicos analisadas no período compreendido entre 1980 e 2005.

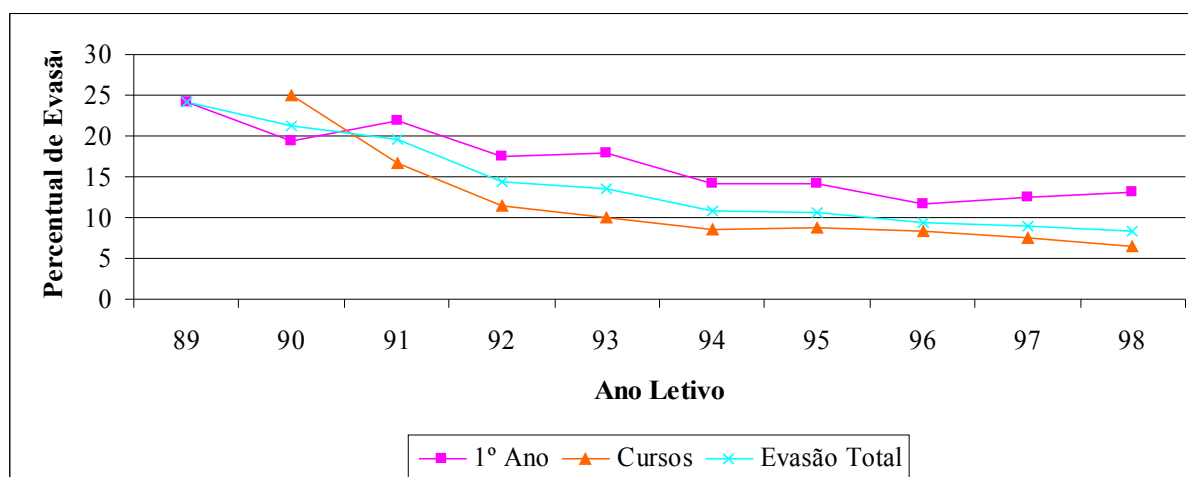
Gráfico 1. Percentual de Evasão do curso técnico semestral integrado.



Durante o período de oferta do curso técnico semestral integrado existia um semestre básico para um número definido de alunos que haviam chegado próximo da classificação no processo seletivo. Os melhores colocados no processo seletivo ingressavam diretamente no primeiro semestre. Aqueles que obtinham aprovação no semestre básico ingressavam diretamente no primeiro semestre do curso técnico semestral integrado, sem necessidade de novo processo seletivo.

Nesse caso, os dados referentes ao semestre básico foram considerados na elaboração das estatísticas, presentes neste trabalho. Contudo, buscamos realizar análises que diferenciam os alunos do semestre básico, do primeiro semestre e aqueles que já haviam ingressado numa habilitação específica, o que ocorria a partir do segundo semestre.

Gráfico 2. Percentual de Evasão do curso técnico anual integrado.



No caso dos cursos técnicos anuais integrados, analisamos de forma diferenciada os alunos do primeiro ano em relação àqueles que já haviam ingressado em cursos específicos, o que ocorria a partir do segundo ano.

Com relação aos cursos modulares separados do ensino médio, não existem dados sobre evasão tão claros nos relatórios de gestão. A partir de 1999, ano da implantação da Reforma da Educação Profissional e, não casualmente, ano da transformação da Escola Técnica Federal de Pelotas em CEFET⁵ – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, os Relatórios de Gestão da Instituição ganharam novo formato, excluindo de seu conteúdo a apresentação detalhada dos números de alunos aprovados, repetentes e evadidos.

Os dados utilizados nesse trabalho provém dos Relatórios de Produtividade Educacional fornecidos pelo CEFET-RS. Foram elaborados nos anos de 2003, 2004 e 2006, este último em fase de finalização.

Desde o primeiro ingresso de alunos nesta estrutura de curso, realizado no primeiro semestre letivo de 2001 e o final do 1º semestre letivo de 2006⁶, ocorreram 10 semestres letivos – no ano de 2005 foi ministrado apenas um semestre. Já que não existem dados institucionais sobre a evasão, será utilizada a taxa de sucesso escolar como parâmetro para análise.

No Relatório de Produtividade de 2003, esta taxa é calculada a partir do percentual de alunos formandos do 2ª semestre de 2002 em relação ao número de alunos que ingressaram no 1º Semestre de 2001. Ou seja, verifica quantos alunos das primeiras turmas conseguiram se formar no tempo de curso previsto (2 anos). O percentual foi de 56,52%, sendo que, no pior caso, no curso de eletromecânica, não passou de 33,33%. Já o melhor índice foi no curso de sistemas de telecomunicações, com 72,91%.

Agora analisando um espaço de tempo maior, dos que ingressaram do 1º semestre letivo de 2001 até o 2º semestre letivo de 2003 e se formaram entre o segundo semestre letivo de 2002 e o semestre letivo de 2005, temos a seguinte situação:

⁵ O governo federal utilizou diferentes estratégias de pressão sobre as comunidades escolares, com vistas a garantir a implantação da Reforma da Educação Profissional. Entre elas, os recursos referentes ao PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) e o processo de Cefetização, que só beneficiavam as escolas que aderissem aos ditames do Ministério da Educação.

⁶ O segundo semestre letivo de 2006 ainda está em andamento, visto que desde 1998 o calendário letivo encontra-se em descompasso com o calendário civil, devido os movimentos grevistas dos servidores federais submetidos a políticas de arrocho salarial.

Tabela 1. Relação entre número de formandos e número de alunos que ingressaram nos cursos técnicos modulares:

Semestre/Ano Ingresso-Formandos	Ingresso de alunos	Formandos
1º/2001 – 2º/2002	368	208
2º/2001 – 1º/2003	420	248
1º/2002 – 2º/2003	670	421
2º/2002 – 1º/2004	481	292
1º/2003 – 2º/2004	668	414
2º/2003 - 2005	470	296
Total	3077	1879

Conforme os números da tabela acima, a taxa de sucesso chega a 61,07%. Considerando que os efeitos da repetência encontram-se, em grande parte, diminuídos ao utilizarmos um período de tempo maior, verifica-se que a evasão aumentou consideravelmente. Sobretudo quando levamos em conta que essa evasão é dos alunos dos cursos.

Considerações finais

A evasão, sob a ótica deste trabalho, a principal demonstração da exclusão escolar, acompanha o histórico dos cursos técnicos do CEFET-RS. Nos cursos semestrais integrados esta evasão estava concentrada, principalmente no semestre básico. Deve-se considerar que os estudantes deste semestre básico ainda não tinham um vínculo definitivo com a Instituição, o que concorria para o aumento da evasão escolar. A evasão era grande, também, no primeiro semestre, diminuindo consideravelmente após a entrada dos alunos nos cursos técnicos. Sem dúvida, uma das razões para esta queda da evasão era a própria superseleção, representada por um concorrido vestibular e o alto nível de evasão e repetência no primeiro semestre. Mas deve-se considerar, também, a maior motivação dos estudantes, a partir da articulação dos conhecimentos desenvolvidos em sala de aula com o mundo produtivo, existente nos cursos técnicos.

Nos cursos técnicos anuais integrados verificou-se um inicial aumento da evasão escolar total da Instituição, contudo, tal evasão foi caindo consideravelmente, tanto nos cursos como no primeiro ano, chegando, à época da Reforma da Educação Profissional, aos menores patamares vividos no período estudado.

Por fim, mesmo que os dados não sejam conclusivos, visto não existirem estatísticas a respeito no CEFET-RS, verifica-se que a evasão voltou a aumentar

consideravelmente nos cursos técnicos a partir da implantação dos cursos modulares separados do ensino médio. Mostra-se, desta forma, mais um aspecto negativo da Reforma da Educação Profissional promovida pelo Decreto 2.208/97.

A pesquisa que se realiza durante o curso de mestrado continuará, com vistas a elucidar os dados da evasão e da repetência no período estudado, relacionando-os com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e nas políticas públicas para a Educação Profissional brasileira.

Referências Bibliográficas:

- BARBOSA, Gisela Amaral. **A Reforma do Ensino Técnico:** Avanço anunciado, retrocesso imposto. Um estudo sobre os alunos egressos de 1997 e 1998 do Curso de Edificações do CEFET - Pelotas/RS. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- RAMOS, Marise. A Reforma do ensino médio técnico nas instituições federais de educação tecnológica: da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A formação do cidadão produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Pp. 283-309.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.
- OLIVEIRA, Ramon de. **Agências multilaterais e a educação profissional brasileira.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.